

Antropoceno, Estudos Organizacionais e Ontologia Relacional

Autoria

Ana Carolina Júlio - carol.juliosilva@gmail.com

Colegiado do curso de Administração e Contabilidade / Multivix Vitória/ES

Grupo de Estudos em Simbolismos e Práticas Cotidianas em Organizações - GESIP Link CNPq:

<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/45206> / UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Filipe Cabacine - filipecabacine@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGAdm / UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

As múltiplas controvérsias em torno do Antropoceno explicitam que as fronteiras entre natureza e sociedade são artificiais, sendo as atividades humanas (“sociedade”) o principal vetor de mudança do ecossistema global (“natureza”). Neste contexto, entendemos que as ações humanas que se vinculam ao Antropoceno não são ações quaisquer, mas sim atividades humanas organizadas, suportadas por entes não-humanos e outros modos de existência, mediadas por práticas organizativas e imbricadas em um contexto histórico, econômico e social. Assim, o objetivo desta pensata é refletir o Antropoceno a partir da Ontologia Relacional. Buscamos compreender o Antropoceno para além de seus efeitos ou de seu entendimento como mero “pano de fundo”. Entendemos que se faz necessário evidenciar a separação cartesiana entre sujeito/sociedade e objeto/natureza como um pressuposto ontológico basilar que sustenta e legitima a concepção da natureza como mero recurso disponível, assim como toda uma cadeia de ações exploratórias cada vez mais amplas e intensas do animal humano sobre a natureza. Assim, procuramos contribuir para o campo dos Estudos Organizacionais ao incentivar a reflexão sobre o fenômeno do Antropoceno a partir das condições organizativas de sua produção e (re)produção.

ANTROPOCENO, ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E ONTOLOGIA RELACIONAL

RESUMO

As múltiplas controvérsias em torno do Antropoceno explicitam que as fronteiras entre natureza e sociedade são artificiais, sendo as atividades humanas (“sociedade”) o principal vetor de mudança do ecossistema global (“natureza”). Neste contexto, entendemos que as ações humanas que se vinculam ao Antropoceno não são ações quaisquer, mas sim atividades humanas organizadas, suportadas por entes não-humanos e outros modos de existência, mediadas por práticas organizativas e imbricadas em um contexto histórico, econômico e social. Assim, **o objetivo desta pensata é refletir o Antropoceno a partir da Ontologia Relacional**. Buscamos compreender o Antropoceno para além de seus efeitos ou de seu entendimento como mero “pano de fundo”. Entendemos que se faz necessário evidenciar a separação cartesiana entre sujeito/sociedade e objeto/natureza como um pressuposto ontológico basilar que sustenta e legitima a concepção da natureza como mero recurso disponível, assim como toda uma cadeia de ações exploratórias cada vez mais amplas e intensas do animal humano sobre a natureza. Assim, procuramos contribuir para o campo dos Estudos Organizacionais ao incentivar a reflexão sobre o fenômeno do Antropoceno a partir das condições organizativas de sua produção e (re)produção.

Palavras-chave: Antropoceno; Ontologia Relacional; Prática Social; *Organizing*; Relações organização-natureza.

1. INTRODUÇÃO

Antropoceno é um neologismo criado a partir da combinação das palavras *anthropo* (homem) e *ceno* (o mais novo), sugerindo que as atividades humanas se tornaram intensas a ponto de - tal qual às grandes forças da natureza - modificar a superfície terrestre. O termo refere-se, ainda, a uma provável nova Época geológica, que teria começado com a chegada dos europeus às Américas e se consolidado a partir da segunda metade do século XX, com o aumento da população humana e com a grande aceleração das atividades industriais (Marquesan et al, 2018; Veiga, 2019; Figueiredo, Marquesan & Imas, 2020).

Apesar de o Antropoceno ser causado pela ação humana, de as organizações modernas capitalistas serem o meio primordial para a exploração da natureza, e das implicações das organizações sobre questões como aumento do nível dos oceanos e aquecimento global; foi somente por volta de 2018/2019 que esse debate começou a emergir no campo dos Estudos Organizacionais brasileiros (Figueiro & Marquesan, 2020; Figueiredo, Marquesan & Imas, 2020).

Isso pode ser evidenciado pelos subtemas “Estudos Organizacionais no Antropoceno” e “Relações organização-natureza no Antropoceno: Crise epistêmica do antropocentrismo e a emergência de novas biossocialidades” das edições de 2018 e 2019 do CBEO - Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais; assim como pelos grupos de trabalho “Relações organizadas entre atores e sujeitos do Antropoceno” do EnAnpad 2021 e 2022, e “Dinâmicas organizativas e socioambientais no Antropoceno” do EnEO 2022.

Neste contexto, aceitamos o convite e buscamos refletir sobre as “relações organizadas entre atores e sujeitos do Antropoceno”, frisando desde já que entendemos

que as ações humanas que se vinculam ao Antropoceno não são ações quaisquer, mas sim atividades humanas organizadas, suportadas por entes não-humanos e outros modos de existência, mediadas por práticas organizativas e imbricadas em um contexto histórico, econômico e social. Assim, **o objetivo desta pensata é refletir o Antropoceno a partir da Ontologia Relacional.**

Por meio da Ontologia Relacional buscamos compreender o Antropoceno para além de seus efeitos ou de seu entendimento como mero “pano de fundo”; problematizando o solo ontológico que sustenta a dicotomia cartesiana natureza/objeto Vs. Sociedade/sujeito, que legitima a exploração da natureza como recurso, e que desconsidera a inseparabilidade ontológica entre a realidade humana e o mundo - no qual todos nós estamos imbricados “desde sempre” (Heidegger, 2005; Júlio & Fantinel, 2021).

Considerando a necessidade de refletirmos sobre o passado na busca de pensar alternativas para o presente no Antropoceno (De Cook, Nyberg, & Wright, 2019), buscamos contribuir para o campo dos Estudos Organizacionais ao incentivar a reflexão sobre o fenômeno do Antropoceno a partir das condições organizativas de sua produção e (re)produção; o que pode ser útil para identificar as causas da crise ecológica e propor possíveis soluções, e não apenas tratar seus efeitos.

A presente pensata esta estruturada em mais 3 blocos, além desta introdução. Na próxima seção, apresentamos um breve panorama das discussões sobre o Antropoceno no campo dos Estudos Organizacionais. Na seção seguinte, buscamos tecer a visualização do Antropoceno em suas interfaces com uma necessária redefinição do solo ontológico que fundamenta o campo de estudo da Administração e dos Estudos Organizacionais. Por fim, nas considerações finais, realizamos um convite aos pesquisadores e pesquisadoras do nosso campo para (re)pensarmos não “apenas” a crise ecológica, mas também e ao mesmo tempo a crise ontoepistêmica do antropocentrismo.

2. O ANTROPOCENO E OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

O termo Antropoceno, embora carregue certas armadilhas em sua compreensão (Latour, 2014), representa, em linhas gerais, um marco histórico/geológico da atuação humana na superfície terrestre. Cientistas de diversas áreas do conhecimento (com destaque para as Ciências Naturais) apontam que já é possível inferir que a ação humana em nosso planeta representa uma possível nova Época geológica (Latour, 2020a). As alterações climáticas, os desmatamentos, a extinção de espécies, as alterações bioquímicas nos solos e nas águas, entre diversas outras questões, representam evidências científicas que são utilizadas para ilustrar que estamos, de fato, vivenciando o Antropoceno (De Cook, Nyberg, & Wright, 2019).

Em que pese a inexistência de um consenso sobre quando se iniciou o Antropoceno (Latour, 2020a), pode-se afirmar que as organizações “modernas” foram catalisadoras para o avanço do domínio humano sobre a terra; a ponto de ser apontada uma nova Época. A primeira revolução industrial, o avanço tecnológico após a segunda guerra mundial, a grande aceleração, as políticas de progresso e desenvolvimento e as práticas de produção e consumo em escala global estão entre alguns acontecimentos históricos associados ao Antropoceno (Figueiredo, Marquesan, & Imas, 2020). Nesse contexto, é possível afirmar que as práticas de gestão e organização são parte estruturante da crise ecológica que produzimos/vivenciamos.

A Ciência Administrativa nasceu e se desenvolveu pautada em um esforço científico que quer dominar/domesticar a natureza em torno dos interesses corporativos (Shrivastava, 1994; Carrieri, 2003). Até a década de 1970, reinava uma base de pensamento instrumentalista, na qual o meio ambiente era visto como recurso operacional

e depósito de resíduos (Misoczky & Böhm, 2012). Após esse momento, mediante a necessidade de mudanças pautadas por um movimento ecológico no campo científico e no campo social, a Administração procurou responder a essas diferentes demandas através de discursos em torno da ideia de “sustentabilidade” (Marquesan & Figueiredo, 2018).

Em linhas gerais, a noção de sustentabilidade é concebida na lógica do ganhanha (De Cook, Nyberg, & Wright, 2019), isto é, na equalização entre um suposto respeito às questões ambientais e a maximização dos lucros organizacionais. Nesse intermédio, o movimento ambientalista incorporado pelas organizações permaneceu “castrando” o ambiente natural pela primazia da performance operacional (Shrivastava, 1994; Carrieri, 2003), isto é, através de uma visão antropocêntrica supostamente inerente à “natureza” da Ciência Administrativa. Em outras palavras, o “mundo natural” continuou sendo visto como recurso dos humanos (pelo menos de alguns) e das organizações (pelo menos de algumas). Isso pode ser evidenciado pelo fato de as premissas dos movimentos ecológicos terem sido cooptadas pela ideia de sustentabilidade, resultando em poucos efeitos nas transformações das práticas organizacionais (Marquesan & Figueiredo, 2018).

Assim, ainda que envoltas em retóricas de alto valor estético (sustentabilidade e capitalismo verde, por exemplo), as organizações permanecem instrumentalizando a natureza em torno de seu interesse corporativo maior - o lucro (Misoczky & Böhm, 2012). Dessa forma, a tentativa de realizar uma mudança paradigmática na relação organização-natureza fracassou (Marquesan & Figueiredo, 2018). Em grande parte, esse fracasso - que tem como resultado a crise climática/ecológica - é fruto da sustentação antropocêntrica que permeia as práticas e teorias administrativas. É em meio a essas e outras questões, que os Estudos Organizacionais precisam se engajar rapidamente nos debates científicos sobre o Antropoceno, na busca por contribuir com a proposição de soluções para a crise ecológica já estruturada (Figueiredo & Marquesan, 2020).

O esforço de pesquisadores organizacionais em se engajar nas discussões da relação organização-natureza, da crise climática/ecológica, do antropoceno, entre outras questões, não é necessariamente recente (Shrivastava, 1994; Carrieri, 2003). Contudo, foi a partir de 2019 que essas questões começaram a ganhar maior corpo e força no campo dos Estudos Organizacionais (Figueiredo & Marquesan, 2020). Um importante movimento que vem sendo realizado se aproxima da proposta de De Cook, Nyberg e Wright (2019), que nos convidam para pensar a relação Antropoceno e Estudos Organizacionais; um movimento de revisitar o passado na busca de pensar soluções para as crises do presente.

No contexto deste movimento, diferentes pesquisadoras e pesquisadores do campo dos Estudos Organizacionais buscam revistar e desnaturalizar conceitos considerados caros às Ciências Administrativas, em especial, aqueles que discutem a relação entre organização e natureza. É o caso das críticas direcionadas a concepções como capitalismo verde (Misoczky & Böhm, 2012), sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (Carrieri, 2003; Marquesan & Figueiredo, 2018), educação ambiental (Fantinel, 2021), e à fragilidade das relações verticais/hierárquicas entre humanos e outros modos de existência/não humanas (Júlio & Fantinel, 2021).

Além disso, outros estudos partem de uma provocação sobre as políticas de desenvolvimento pautadas por países coloniais, que exploram a natureza de países do sul global; evocando a necessidade de uma postura epistemológica pós-colonial para a reestruturação da relação organização-natureza no Antropoceno (Figueiredo, Marquesan, & Imas, 2020).

Ainda é possível observar estudos que buscam desafiar de outras maneiras a ordem epistêmica que nos colocou e nos coloca frente ao desastre ecológico fruto da

Época do Antropoceno (Ergene, Calás, & Smircich, 2018). Assim, entram em cena, por exemplo, proposições teóricas e empíricas em torno da necessidade de reconhecermos e colocarmos no debate científico as diversas outras formas de existir (não humanas); a exemplo das pesquisas que buscam explorar os processos organizativos que se entrelaçam com as vidas de animais humanos e com outros modos de existência (Sage et.al, 2016; Fantinel, 2020; Júlio & Fantinel, 2021).

Essa perspectiva se aproxima da proposta de Fantinel (2021), de buscar a alteridade com as diversas outras formas de existir no mundo, e pensar as maneiras de viver e organizar como fenômenos multi-espécies. De maneira próxima, Allen, Cunliffe e Easterby-Smith (2019) defendem uma ruptura paradigmática nos processos de formação de gestoras e gestores, sugerindo que um pensamento radical-reflexivo ecocentrado deve fazer parte dos cursos de formação em Administração; considerando a perspectiva reflexiva entre gestão e natureza. Nesse contexto, é possível notar o esforço de diferentes pesquisadoras e pesquisadores da área dos Estudos Organizacionais em engajar, discutir, e propor soluções para a crise ecológica derivada do Antropoceno, tanto no cenário nacional, quanto no cenário internacional.

Neste contexto, tal qual os estudos citados, também buscamos nos engajar nos debates sobre a crise ecológica e as relações organização-natureza no Antropoceno; propondo, ainda, pensarmos e (re)pensarmos não “apenas” a crise ecológica, mas também - e ao mesmo tempo - a crise ontoepistêmica do antropocentrismo. Assim, buscamos no próximo tópico explorar como a Ontologia Relacional pode contribuir para uma ruptura no pensamento “moderno” e cartesiano que, tradicionalmente, nos orienta ao fazer ciência. Pensamento moderno que, entre outras discussões, separa ontologicamente o humano (cultura/sociedade) da natureza da qual faz parte “desde sempre” (Krenak, 2019; Latour, 2020, Heidegger, 2005).

3. O ANTROPOCENO PELA LENTE DA ONTOLOGIA RELACIONAL

Em um interessante artigo publicado no respeitado jornal francês *Le Monde*, Latour (2020b) afirma que a definição clássica de sociedade (humanos entre si) não faz sentido algum. Ultrapassamos os limites estreitos da esfera do social há muito tempo, uma vez que as sociedades dependem de associações entre muitos atores – sendo que a maioria deles não possui formas humanas. O que vale para os micróbios (como conhecemos desde Pasteur), mas também para a internet, a lei, a organização de hospitais, a logística, o Estado e o clima (Latour, 2020a; 2020b).

Ao problematizar as fronteiras entre natureza e sociedade, humanos e outros modos de existência, Latour (2020b) reflete, ainda, sobre a imbricação entre a pandemia de Covid-19 e a crise ecológica; questionando se a pandemia seria uma espécie de “ensaio geral” para uma mutação ecológica duradoura e irreversível - que afeta literalmente todo o mundo, não alguns milhares de pessoas, e não por um tempo (como uma crise que, por definição, seria passageira), mas para sempre. Latour (2020b) também ressalta que na crise ecológica o patógeno cuja terrível virulência mudou as condições de vida de todos os habitantes do planeta não é um vírus, mas a humanidade! O que não se aplica a todos os seres humanos, mas apenas aqueles que “fazem guerra contra nós sem, ao menos, declarar guerra”.

Ao analisarmos esse artigo, é possível afirmar que, ao lançar mão da Ontologia Relacional, Latour “dá um passo atrás”, questionando o solo ontológico que sustenta e legitima as “supostas fronteiras” (Júlio & Fantinel, 2021) entre humanos, outros modos de existência e não-humanos.

A Ontologia Relacional problematiza a metafísica cartesiana, a separação entre sujeito (mente) e objeto (corpo). Filósofos como Heidegger, um dos primeiros pensadores que problematizou o solo ontológico assumido por Descartes, afirmam que nossa relação primária com o mundo se dá por meio de atividades práticas cotidianas, assim como através do nosso entendimento (também prático) em relação a essas atividades. Afinal, estamos “desde sempre” imbricados, incrustados no mundo, na conjuntura histórica, cultural e social que nos cerca (“mundo circundante”) (Nicolini, 2013; Heidegger, 2005; Dreyfus, 1991).

Na perspectiva heideggeriana, sujeito e objeto são duas dimensões não autônomas e não independentes da existência, compondo o homem e organizando o mundo. Justamente por não haver um a priori, em Heidegger, a separação cartesiana entre sujeito e objeto dá lugar à ideia de “ser-no-mundo”, com hífen! É justamente por isso que a relação (ênfaticamente pelos hifens) sujeito-objeto seria anterior aos polos sujeito e objeto, estando o ser humano imbricado, embebido, incrustado no mundo “desde sempre”, não havendo um antes e/ou um depois (Henriques, 2014; Guimarães, 2013; Heidegger, 2005). Aliás, também é nesse sentido que Latour afirma que “jamais fomos modernos”, que nossa sociedade “moderna” nunca funcionou de acordo com a separação radical entre natureza (objeto) e cultura/sociedade (sujeito) (Latour, 1994).

Nesta pensata também intentamos dar “um passo atrás” (Júlio & Fantinel, 2021), entendendo que se faz necessário evidenciar a separação cartesiana entre sujeito/sociedade e objeto/natureza como um pressuposto ontológico basilar que sustenta e legitima a concepção da natureza como mero recurso disponível, assim como toda uma cadeia de ações exploratórias e cada vez mais amplas e intensas do animal humano sobre a natureza. O que, conseqüentemente, nos leva a considerar o Antropoceno como uma consequência extrema da armadilha da separação ontológico entre sujeito/sociedade e objeto/natureza.

É importante ressaltar que há aqui um duplo movimento: ao mesmo tempo em que as múltiplas controvérsias em torno dessa suposta nova Época geológica explicitam que as fronteiras entre natureza e sociedade são artificiais - sendo as atividades humanas (“sociedade”) o principal vetor de mudança do ecossistema global (“natureza”) -, a Ontologia Relacional nos permite compreender o Antropoceno por meio de suas bases ontológicas, desnaturalizando conceitos. Diante disso, entendemos que as ações humanas que se vinculam ao Antropoceno não são ações quaisquer, mas sim atividades humanas organizadas, suportadas por entes não-humanos e outros modos de existência, mediadas por práticas organizativas e imbricadas em um contexto histórico, econômico e social.

Tal compreensão é um convite aos pesquisadores e pesquisadoras do nosso campo para (re)pensarmos não “apenas” a crise ecológica, mas também e ao mesmo tempo a crise ontoepistêmica do antropocentrismo, assim como as relações organização-natureza.

Dessa forma, acreditamos que o importante movimento de reconsiderar o passado para discutir e propor novas realidades para o presente na Época do Antropoceno (De Cook, Nyberg, & Wright (2019) pode também ser feito por meio da problematização do solo ontológico que nos orienta ao fazer ciência. Mais precisamente, precisamos reconhecer o necessário rompimento com uma base de pensamento “moderno” e “civilizado” que busca enfatizar a todo custo o quanto a sociedade (cultura) se distingui daquilo que se denomina de natureza (Latour, 2020a).

Afinal, se a era do antropoceno nos convida a fazer uma “mutação radical” nas maneiras com os quais escolhemos produzir e enxergar nossa relação com a natureza (Latour, 2020a; ela ainda não aconteceu no campo dos Estudos Organizacionais (Marquesan & Figueiredo, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pensata é refletir o Antropoceno a partir da Ontologia Relacional, problematizando o solo ontológico que sustenta a dicotomia cartesiana natureza/objeto Vs. Sociedade/sujeito.

Buscamos explicitar que se faz necessário evidenciar a separação cartesiana entre sujeito/sociedade e objeto/natureza como um pressuposto ontológico basilar que sustenta e legitima a concepção da natureza como mero recurso disponível, assim como toda uma cadeia de ações exploratórias e cada vez mais amplas e intensas do animal humano sobre a natureza. O que, conseqüentemente, nos leva a considerar o Antropoceno como uma consequência extrema da armadilha da separação ontológico entre sujeito/sociedade e objeto/natureza.

Entendemos, ainda, que as ações humanas que se vinculam ao Antropoceno não são ações quaisquer, mas sim atividades humanas organizadas, suportadas por entes não-humanos e outros modos de existência, mediadas por práticas organizativas e imbricadas em um contexto histórico, econômico e social. Assim, sendo a cadeia de ações exploratórias do homem sobre a natureza mediada por organizações e processos organizativos, se quisermos que o campo da Administração e dos Estudos Organizacionais sejam parte da solução do Antropoceno é fundamental refletir sobre o fenômeno do Antropoceno a partir das condições organizativas de sua produção e (re)produção; o que pode ser útil para identificar as causas da crise ecológica e propor possíveis soluções, e não apenas tratar seus efeitos.

Tal compreensão é um convite aos pesquisadores e pesquisadoras do nosso campo para (re)pensarmos não “apenas” a crise ecológica, mas também e ao mesmo tempo a crise epistêmica do antropocentrismo, assim como as relações organização-natureza.

Dessa forma, consideramos a ontologia relacional um caminho possível para (re)pensarmos nossa relação com a natureza ao fazer ciência. Afinal, os indivíduos não se formam a priori de suas relações com o ambiente, em uma separação estanque entre corpo e matéria, mas sim por meio dessas mesmas relações, em movimentos contínuos e reflexivos (Ingold, 2012; Marquesan & Figueiredo, 2018). Isso equivale a afirmar que não faz sentido estabelecermos dicotomias, em especial aquelas que buscam definir uma relação hierárquica entre o humano e a natureza e/ou entre as organizações e a natureza. Assim, entendemos que a ontologia relacional nos permite ajustar o foco para uma perspectiva ecológica (Marquesan & Figueiredo, 2018) e/ou ecocêntrica (Allen, Cunliffe, & Easterby-Smith, 2019), nos convidando a pensar e (re)pensar as relações organização-natureza no Antropoceno.

Estudos futuros poderiam lançar mão de conceitos como o de *organizing* (Weick, Sutcliffe, & Obstfeld, 2005; Czarniawska, 2008, Czarniawska, 2004), abrindo espaço para o estudo de facetas organizacionais ainda pouco exploradas, incluindo aquelas que incorporam as agências não humanas/outros modos de existir (Fantinel, 2020). Sugerimos que as pesquisas considerem diferentes modos de existir/não humanos, em torno da orientação da ontologia relacional (Julio & Fantinel, 2021). Assim, será possível descortinar diferentes capacidades de agências que perpassam as maneiras de gerir e organizar. Em outras palavras, voltar a dar vida ao mundo não humano (Ingold, 2012), ao considerar, por exemplo as agências: de rios, de cachoeiras, da fauna, da flora, do clima, de arranjos materiais, de campos institucionais; enfim, entre diversas outras potências de vida que insistimos em recusar no chamado pensamento civilizado (Krenak, 2019).

Contudo, reconhecemos que as organizações “tradicionais” já estão por demais imersas em modos de produção antropocêntricos (Latour, 2020a; Marquesan & Figueiredo, 2018), para serem vistas como fontes de aprendizado em torno de uma nova

configuração da relação organização-natureza. Dessa forma, acreditamos que precisamos buscar alternativas em práticas de gestão e organização que permanecem invisibilizadas nos estudos em Administração (Machado, Silva, & Fernandes, 2020). Assim, sugerimos a busca por campos de pesquisa que são formados por uma sociedade mais “orgânicas”, que mesmo frente às demandas do “pensamento civilizado”, permanecem resistindo e associando suas sobrevivências em harmonia com a terra (Krenak, 2019).

Afinal, mesmo frente à nossa crise de relação com mundo, à crise ecológica estruturada em tempos do Antropoceno, existem decerto outras maneiras de viver a relação do humano com a natureza; em sociedades “orgânicas” (Krenak, 2019); em sociedades que optaram por se isolar do que viver a angústia de fazer parte de uma “cultura moderna” que produziu a crise ecológica (Latour, 2020a). Se quisermos pensarmos e discutirmos maneiras de redefinir nossas formas de produzir o mundo; talvez seja mais interessante considerarmos e nos engajarmos em saberes de sociedades que já fazem isso há mais tempo do que nós (Krenak, 2019); inclusive, considerando o (re)pensar ontológico que pretendemos fazer nesta pensata. Afinal, modos de existências outros podem seguir pressupostos ontológicos que muito se distanciam da visão hierárquica entre humanidade e natureza; a exemplo das sociedades indígenas (Krenak, 2019).

Assim, defendemos que, além de um (re)pensar ontológico no fazer e discutir ciência no Antropoceno, precisamos realizar um (re)pensar em nossas próprias posições enquanto cientistas. Em outras palavras, sugerimos que a possibilidade de estudos futuros que buscamos evidenciar se conecta em uma percepção de que devemos mais aprender com o campo de estudo, com as diversas maneiras de existir humanas e não humanas, do que, propriamente, assumir uma postura intelectualmente superior em relação aos saberes que dele emergem. Se, conforme Latour (2014), estamos diante de uma guerra, precisamos reconhecer quais são as nossas armas, nossos aliados, bem como nossos adversários (Latour, 2020a), evitando cair na armadilha de incorrerem na produção de um quadro de abstrações teóricas (Figueiredo & Marquesan, 2020).

REFERÊNCIAS

- Allen, S., Cunliffe, A. L., & Easterby-Smith, M. (2019). Understanding sustainability through the lens of ecocentric radical-reflexivity: implications for management education. *Journal of Business Ethics*, 154(3), 781–795. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3420-3>
- Carrieri, A. (2003). O meio ambiente: discurso consistente ou prática vazia? Uma reflexão sobre os discursos ambientais, a teoria organizacional e o caso brasileiro. *Revista de Administração Pública*, 37(6), 1209-1231.
- Cooper, R., & Burrell, G. (1988). Modernism, postmodernism and organizational analysis: an introduction. *Organization Studies*, 9(1), 91-112. <https://doi:10.1177/017084068800900112>
- Czarniawska, B. (2004). On time, space, and action nets. *Organization*, 11(6), 773-791. <https://doi:10.1177/1350508404047251>
- Czarniawska, B. (2008). Organizing: how to study it and how to write about it. *Qualitative Research in Organizations and Management*, 3(1), 4-20. <https://doi:10.1108/17465640810870364>
- De Cook, C.; Nyberg, & D.; Wright, C. (2019) Disrupting climate change futures: Conceptual tools for lost histories. *Organization*, 28(3), 468-482. <https://doi.org/10.1177/1350508419883377>

- Dreyfus, H. L. (1991). *Being-in-the-world: a commentary on Heidegger's being and time, Division I*. Mit Press.
- Ergene, S., Calás, M. B., & Smircich, L. (2018). Ecologies of sustainable concerns: Organization theorizing for the anthropocene. *Gender, Work & Organization*, 25(3), 222-245. <https://doi.org/10.1111/gwao.12189>
- Fantinel, L. (2020). O Organizar Multiespécie da cidade. In Saraiva, L., & Ipiranga, A. (Orgs.). *História, práticas sociais e gestão das/nas cidades*. Belo Horizonte: Editora Barlavento.
- Fantinel, L. (2021). Viver e Organizar Multiespécies: um Convite à Administração para Seguir com o Incômodo. *Anais do XLV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD 2021*, São Paulo, SP, Brasil.
- Feldman, M. S., & Orlikowski, W. J. (2011). Theorizing practice and practicing theory. *Organization Science*, 22(5), 1240-1253. <https://doi.org/10.1287/orsc.1100.0612>
- Figueiredo, M. D., & Marquesan, F. F. S. (2020). O que precisamos saber sobre o antropoceno? Resenha • *Revista de Administração de Empresas*, 60 (4), 1-3. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020200407>
- Figueiredo, M. D., Marquesan, F. F. S., & Imas, J. M. (2020). Anthropocene and “development”: intertwined trajectories since the beginning of the great acceleration. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(5), 400-413. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190400>
- Guimarães, C. R. (2013). Os limites da ontologia cartesiana: uma reflexão acerca da metafísica de Descartes a partir da filosofia de Heidegger. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, 13(24), 51-61.
- Heidegger, M. (2005). *Ser e Tempo*. (Parte I. 14a Ed.). (M.S.C. Schuback, Trad.) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Henriques, R. P. (2014). *Tecnologia, objetividade e superação da metafísica* (1. ed.). Vitória: EDUFES.
- Inglod, T. (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 18(37), 25-44.
- Júlio, A. C., & Fantinel, L. (2021). A produção da pandemia de covid-19 e as relações organizadas entre humanos e outros modos de existência. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 8(2), 437-456. DOI: 10.21583/2447-4851.rbeo.20201.v78n12.247132
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das letras.
- Latour, B. (1994). *Jamais Fomos Modernos*. Editora 34.
- Latour, B. (2014). Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de Antropologia*, 57 (1), 11-31.
- Latour, B. (2020a). *Diante de Gaia: Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo: Ubu Editora.
- Latour, B. (2020b). La crise sanitaire incite à se préparer à la mutation climatique. *Le Monde*, 25 Mar. 2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/03/25/la-crise-sanitaire-incite-a-se-preparer-a-la-mutation-climatique_6034312_3232.html. Acesso em: 12 Abr. 2022.

Machado, F., Silva, A., & Fernandes, T. (2020). The ordinary, cultures, and management: the organizing processes within the handicraft sector in Piúma (ES), Brazil. *Organizações & Sociedade*, 27 (95), 644-673. <https://doi.org/10.1590/1984-9270952>

Marquesan, F. F. S., Figueiredo, M. D., Imas, J. M., & Zamora, D. T. (2018). Organização no antropoceno: reflexões sobre o avanço da temática. *Anais do V Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais – CBEO*.

Marquesan, F., & Figueiredo, M. (2018). Do ecoambientalismo à sustentabilidade: notas críticas sobre a relação organização-natureza nos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 25(85), 264-286. <https://doi.org/10.1590/1984-9250855>

Misoczky, M. C., & Böhm, S. (2012). Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. *Cadernos EBAPE.BR*, 10(3), 546-568.

Nicolini, D. (2013). *Practice theory, work, & organization: an introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Shrivastava, P. (1994). Castrated environment: greening organizational studies. *Organization Studies*, 15(5), 705-726.

Veiga, J. E. (2019). *O antropoceno e a ciência do sistema terra*. Editora 34.

Weick, K. E., Sutcliffe, K. M., & Obstfeld, D. (2005). Organizing and the process of sensemaking. *Organization Science*, 16(4), 409-421. <https://doi:10.1287/orsc.1050.0133>